Ação Afirmativa, Identidades e Práticas Acadêmicas: Uma Etnografia das Cotas Para Negros na UERJ[1]

Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, Doutor em Antropologia pela Boston University, Professor do PPGACP/UFF, Pesquisador Associado SEDH/NUPESP/ISP

1. INTRODUÇÃO

O contexto político e social brasileiro permitiu a adoção de políticas de ações afirmativas como uma das formas de promoção do acesso a bens, recursos e canais de inserção e mobilidade social para indivíduos e grupos "potencialmente excluídos". Embora as chamadas "políticas de ação afirmativa" envolvam uma série de medidas que visam neutralizar e compensar os efeitos negativos da discriminação racial, as cotas raciais (para pretos, pardos e índios) no vestibular de ingresso para as universidades públicas tomou o centro da discussão. A implementação da política de cotas para o ingresso nas universidades estaduais do Rio de Janeiro – a UENF também adotou um sistema de cotas no seu vestibular de ingresso[2] - gerou uma intensa polêmica na imprensa, sendo o jornal O Globo simultaneamente o principal forum e ator midiático do debate, e em certos círculos acadêmicos sobre os possíveis benefícios e prejuízos acadêmicos e sociais que tal medida poderia trazer.

Uma característica marcante do debate sobre as cotas foi a manipulação ideológica de teorias das ciências sociais, em particular da antropologia, sobre a fluidez das classificações raciais no Brasil como sendo representantes de uma visão de mundo "branca" e "negadora da existência do racismo", e de dados estatísticos sobre as desigualdades

---

[1] Pesquisa realizada no Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ), com apoio da Secretaria Estadual de Direitos Humanos/RJ.

[2] Em 2003 e 2004 outras universidades, como a UnB e a Universidade Estadual da Bahia, adotaram cotas raciais nos seus vestibulares de ingresso.

economico-sociais entre brancos e negros como a "prova" irrefutável da existência de uma sociedade racialmente bipolar com linhas de clivagem racial nítidas entre brancos e negros. Assim, Gilberto Freyre apareceu no debate como "representante" da antropologia e um mero ideólogo da noção de "democracia racial" – a qual, diga-se de passagem, nunca foi consenso entre antropólogos e sociólogos – tendo sido conveninentemente ignorada a sua reflexão sobre a complexa relação entre afetividade, violência e hierarquia na constituição das relações raciais nos espaços público e privado no Brasil, assim como a sua posição no contexto intelectual dos anos 30[3]. A contribuição teórica de autores como Oracy Nogueira (1985), que mostrou como a flexibilidade classificatória das categorias raciais no Brasil se articula com áreas de "estabilidade classificatória" e com um sistema discriminatório que é percebido como difuso pelos brancos e omnipresente pelos negros, também foi ignorada pelos participantes no debate.

Por outro lado, os dados estatísticos costumam ser apresentados como mera expressão da "realidade" social, deixando-se de lado toda a reflexão epistemológica sobre o impacto dos instrumentos de "mensuração social" na construção de grupos sociais através da reificação de suas categorias definidoras[4]. A lista pré-determinada de categorias identitárias baseadas em "tipos raciais" utilizada pelo IBGE, sem dúvida exige que os agentes simplifiquem as suas identidades e trajetórias para poderem escolher uma das opções dadas[5]. Não se trata de questionar a validade dos dados estatísticos, mas apenas apontar para o fato que a análise desses dados ganharia em qualidade se fosse combinada com o conhecimento produzido por uma longa tradição de estudos antropológicos e sociológicos sobre relações raciais no Brasil.

---

[3] Sem dúvida, a obra de Gilberto Freyre, assim como a de Mario de Andrade ou de Monteiro Lobato, contribui para a criação de um imaginário nacional marcado pela idéia de mestiçagem como mecanismo de inclusão e mediação de conflitos e desigualdades sociais. Porém, considerar as obras desses autores como uma mera "cobertura ideológica" de um processo de dominação racial é um reducionismo que oculta mais que revela sobre a construção da "comunidade imaginária" (Anderson 1991) definida pelo nacionalismo brasileiro a partir dos anos 30.

[4] O papel do censo e das estatísticas na consolidação de rígidas linhas de clivagem social e simbólica na constituição das castas indianas e das "nacionalidades" da antiga União Soviética já foi bastante analisado (Eickelman 2002: 46; Van der Veer 1994: 12-24)

[5] Para uma reflexão sobre o uso de pesquisas "objetivas" ver Bourdieu (1990: 221-228). Ver também as críticas epistemológicas ao uso de entrevistas e estatísticas como forma de produção de dados "objetivos" nos textos de E. Katz, F. Simiand, L. Schatzman e A. Strauss, J. Goldthorpe e D. Lockwood selecionados, reunidos e apresentados por Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (1983 [1968]: 210-240).

Também se deve levar em consideração as relações entre as cotas e as relações de poder e mecanismos de exclusão/inclusão que se estruturam a partir formas de transmissão e consagração do saber na universidade organizadas em torno das práticas acadêmicas que constituem relação professor-aluno. A informalidade e a pessoalidade que marcam as relações pedagógicas nas universidades brasileiras (Kant de Lima 1999) faz com que a inserção do aluno cotista no universo acadêmico não possa ser abordada somente ou, melhor dizendo, principalmente a partir da reforma das técnicas pedagógicas e dos conteúdos curriculares. A combinação contextual de valores, emoções, sistemas simbólicos, representações culturais e interesses calculados nas disposições que organizam as práticas acadêmicas faz com que as estruturas coletivas e trajetórias individuais que elas sustentam e possibilitam escapem aos propósitos explícitos das ideologias pedagógicas.

Na etnografia que realizei entre 1995 e 1997 dos cursos de Medicina e Música da UFRJ e de História e Ciências Sociais da UFF, pude demonstrar como relações de poder se estruturavam nas práticas acadêmicas dessas universidades a partir do controle hierárquico dos critérios de validação da verdade que mediavam a "intertextualidade interpretativa" entre os saberes transmitidos oralmente pelo professor e aqueles objetivados em textos escritos (Pinto 1999: 143-216; Pinto 2000: 43-47). Em cada curso essas relações de poder eram atravessadas por complexos e, por vezes, contraditórios, sistemas de valores e representações que definiam as identidades acadêmicas e profissionais dos cursos em questão (Pinto 1999: 35-54). Por exemplo, enquanto os cursos de História e de Ciências Sociais definem o mérito a partir da exibição performática de capacidades especulativas e críticas, de preferência aliada a uma aguda consciência de responsabilidade política e social; no curso de Medicina o mérito é visto como uma performance de habilidade técnicas aliada a um saber enciclopédico, podendo ser representado como uma expressão tanto do esforço e da disciplina, quanto da genialidade individual (Pinto 1999: 41-52; Pinto 2000: 48).

Assim, a trajetória de um aluno na universidade e, posteriormente, sua inserção inicial no campo profissional dependem tanto de sua capacidade em se inserir em redes de relações pessoais, quanto de manipular de forma eficaz as técnicas de "apresentação do eu" (Goffman 1959: 1-16) de modo a controlar positivamente as impressões que provoca em cada contexto de performance individual ou coletiva. Essas questões são centrais para a

discussão e avaliação da política de cotas na educação superior, pois a eficácia social desta não pode ser medida apenas em termos da entrada de um certo número de pessoas "negras" ou "carentes" na universidade, mas também nas possibilidades criadas para que essas pessoas possam se manter na universidade e criar trajetórias acadêmicas e profissionais de sucesso. Assim, a implantação da reserva de vagas para negros, indígenas e alunos da rede pública na Universidade Estadual do Rio de Janeiro se apresenta como um universo empírico privilegiado para se estudar a importância e avaliar o impacto de tais medidas na construção de identidades raciais e profissionais, bem como nas relações acadêmicas[6]. Esta etnografia das práticas acadêmicas nos cursos de Medicina, Ciências Sociais e Pedagogia pesquisa, desde o primeiro semestre de 2004, as trajetórias dos estudantes e analisa os efeitos da implementação das cotas sobre a construção de identidades raciais, sobre as representações de mérito individual e sobre as identidades e representações acadêmicas entre alunos e professores da Universidade.

2. O Contexto Acadêmico: A UERJ Observada

A UERJ possui cerca de 25.000 alunos, distribuídos por 45 cursos nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São Gonçalo, Resende e Nova Friburgo. O acesso ao universo etnográfico tem sido construído através do contato com centros e diretórios acadêmicos, mobilização de relações pessoais, contatos estabelecidos através da pré-matrícula, etc, de forma a possibilitar um acesso a um amplo espectro de estudantes e professores em diferentes cursos. Os cursos de Medicina, Direito, Odontologia, Pedagogia

[6] A reserva de vagas (ou sistema de cotas) entrou pela primeira vez em vigor no Vestibular de 2003, a partir da sobreposição de duas leis: uma que garantia cota de 50% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas (Lei 3524/2000), e outra que garantia reserva de 40% das vagas para alunos "negros" ou "pardos" (Lei 3708/2001. Para o Vestibular de 2004 a lei foi reformulada, estabelecendo reserva de 20% para alunos oruindos da rede pública, 20% para alunos que se declararem "negros" – adotando as categorias oficiais do IBGE, que define "negros" como a soma de "pretos" e "pardos" - e 5% para alunos deficientes ou indígenas, ao mesmo tempo que obrigava a comprovação de carência sócio-econômica como condição para concorrer às cotas.

e Ciências Sociais foram selecionados para serem o universo empírico da pesquisa segundo os seguintes critérios:

a) Cursos de "prestígio social elevado" (Medicina, Odontologia e Direito) e "baixo" (Ciências Sociais e Pedagogia) Verificamos através da análise dos dados do Manual de informações Sócio-Culturais as informações sobre relação candidato/vaga, nota mínima de ingresso, renda dos pais, grau de instrução dos pais, entre outros, para selecionar aqueles cursos mais representativos de cada posição.

b) Cursos com **maior** número de pretos e pardos antes da reserva de vagas (Pedagogia e Ciências Sociais) e **menor** número de pretos e pardos (Medicina, Direito, Odontologia)[7].

Na etnografia dos cursos de Medicina, Ciências Sociais e Pedagogia, eu e meu auxiliar de pesquisa, Paulo Eugênio Clemente Junior, participamos de atividades pedagógicas - como aulas, seminários e provas - além de outras atividades acadêmicas, como a matrícula e a inscrição em disciplinas. Também frequentamos espaços de sociabilidade dos estudantes, como corredores, pátios, bares e reuniões de centros acadêmicos. Acompanhamos de perto a pré-matrícula dos candidatos que optaram pelo sistema de cotas e realizamos também entrevistas semi-estruturadas com professores e alunos dos cursos de Pedagogia (nos *campi* Duque de Caxias e Maracanã), Engenharia Civil, Ciências Sociais, Direito, História e Medicina. Também foram entrevistados e ouvidos em conversas informais os alunos de cotas para escola pública e alunos não-cotistas.

Para além do cotidiano da universidade, também participamos de debates públicos, reuniões em ONG's e pré-vestibulares comunitários, e realizamos levantamento de notícias veiculadas na imprensa, no intuito de catalogar, apreender e mapear categorias e discursos envolvendo o sistema de cotas. Participamos também de debates sobre políticas de ação afirmativa, manifestações organizadas pelos movimentos negros em favor das cotas na UERJ, eventos de pré-vestibulares comunitários, conversas informais com líderes e

[7] Auto-classificados a partir do preenchimento do item de um questionário do Manual do Candidato, no momento da inscrição.

integrantes dos movimentos negros. Além da observação direta e do registro de declarações espontâneas em conversas informais, utilizamo-nos de entrevistas semi-estruturadas em profundidade, possibilitando o confronto entre o discurso dos atores em uma situação formal de entrevista com seus próprios discursos e práticas dentro do contexto em que eles interagiam.Também foram estudados cursos oferecidos em *campi* diferentes, como Pedagogia no campus maracanã e Pedagogia no campus Duque de Caxias, como uma possível via de realçar diferenças e perceber regularidades neste processo.

Antes da implantação das cotas, os cursos poderiam ser classificados numa hierarquia de prestígio a partir da origem social dos candidatos aprovados e da seletividade implícita na relação candidato/vaga. Assim, podemos situar o curso de Medicina e o de

Antes das Cotas (2002)	Medicina	Direito	Ciências Sociais	Pedagogia I Rio	Pedagogia I Caxias
Nº de vagas/ano (2002)	92	300	100	270	120
Relação Candidato/vaga (2002)	33,7	13,71	10,56	7,33	7,03
% de alunos cujo pai tem nível superior (2002)	86,79%	72,22%	65,28%	28,57%	16,67%
% de alunos com renda familiar maior que 20 salários (2002)	56,60%	54,17%	34,72%	13,09%	1,98%
% de alunos pretos e pardos (2002)	5,66%	6,51%	25,00%	32,40%	52,94%
% de alunos pretos (2002)	0%	1,86%	5,56%	6,94%	9,80%

Pedagogia-Campus Baixada Fluminense praticamente em extremos opostos:

Fonte: DATAUERJ, 2002

Dessa forma, não só os impactos das políticas de cotas devem ser diferentes segundo o curso, mas mesmo as questões apontadas na literatura – importância da construção do mérito como ideologia, assunção de valores individualistas e competitivos versus igualitários e compensatórios, construção de identidades raciais, – ganham contornos

variáveis conforme o contexto de aplicação das medidas, o que tem sido negligenciado pela literatura.

3- Práticas Acadêmicas e o cotidiano da Universidade

Uma das questões centrais na polêmica sobre as cotas tem sido a discussão sobre o "desempenho acadêmico" dos alunos cotistas. De uma maneira geral, os "opositores" às cotas sustentam que o desempenho acadêmico dos alunos cotistas é pior que o dos não-cotistas, tendo por efeito inevitável uma queda no nível de excelência da universidade. Os seus "defensores", por sua vez, declaram o contrário, que o esforço e a superação dos alunos que ingressaram através das cotas proporciona um desempenho acadêmico igual ou superior ao dos não-cotistas. Tais posições se tornam irreconciliáveis por se basearem em duas pesquisas realizadas e parcialmente divulgadas pela UERJ. A primeira pesquisa "demonstrou" que os cotistas tinham desempenho acadêmico igual ou superior aos demais, a segunda "demonstrou" o oposto. É preciso ressaltar que os critérios metodológicos de construção, seleção e análise dos dados nem sempre foram explicitados pela UERJ, por isso, consideramos as pesquisas mais como parte da polêmica e das disputas políticas que envolvem as cotas e não como fonte de conhecimento sobre as mesmas.

Entre os professores entrevistados nesta etnografia, alguns declararam que a adoção das cotas levou a um declínio real no desempenho acadêmico dos alunos, já outros relativizaram a comparação com o desempenho dos alunos em outros anos, apontando para um cenário de declínio estrutural da universidade como um todo, que padece de bibliotecas desatualizadas e inoperantes, greves periódicas, número insuficiente de professores, etc.

Na sua maioria, os professores se mostravam relutantes em fazer uma avaliação categórica do desempenho dos cotistas, pois na situação pedagógica da sala de aula eles não sabem quem é ou não cotista, pela impossibilidade de dissociar os efeitos das cotas de outros fatores estruturais que estão afetando a universidade, e pelo alto teor polêmico e político do assunto.

Os alunos cotistas costumam seguir o mesmo padrão anteriormente descrito, com aqueles ligados a movimentos identitários bastante mobilizados a respeito, geralmente rejeitando emocionalmente qualquer possibilidade de um desempenho acadêmico inferior por parte dos cotistas, enquanto os outros adotam uma postura mais distanciada, geralmente apontando para os fatores estruturais das dificuldades cotidianas enfrentadas na sua trajetória acadêmica. Por exemplo, após a divulgação da segunda pesquisa, uma aluna cotista de Geografia falou em um ato em defesa das cotas na UERJ:

> "*A reitoria exige que a gente prove tudo: renda, onde a gente mora, o que tem, tudo. Nós queremos que eles provem tudo também.(...) Queremos provar que não somos incompetentes*"

Uma vez que o jornal O Globo tem sido o principal fórum midiático para a questão, publicando com destaque uma das pesquisas (justamente aquela que "demonstrava" o desempenho inferior dos cotistas) os alunos mobilizam rotineiramente "teorias conspiratórias" para "explicar" as pesquisas. Um aluno de Ciências Sociais disse:

> "*Eu não sei até que ponto a Globo está sendo preconceituosa e manipuladora em relação a esses dados. O que vem da Globo a gente tem que ter o pé atrás*"
>
> (23 anos, 3º período, cota para negros)

Porém, os alunos que não são ligados a movimentos sociais e políticos, e em particular os que entraram através das cotas para escola pública, tendem a ponderar que o desempenho acadêmico dos cotistas pode ser realmente inferior aos demais alunos e a conectar isso à trajetória pedagógica dos mesmos. Como disse um aluno de Ciências Sociais:

> *"Eu acredito que a pesquisa [da UERJ] seja verdadeira e que os cotistas estejam tendo realmente um desempenho inferior aos não cotistas, porque a base deles é realmente pior, inferior, então muita gente chega aqui em situação de ter menos conhecimento, de ter uma base inferior (...) acontece muitas vezes de o aluno não ter aula de História ou de Geografia, e chega aqui com uma base pior do que os*

outros, o que acaba prejudicando o desempenho sim (...), mas não vejo nada de gritante, pelo menos no meu curso , eu não vejo essa diferença não." (18 anos, cota para escola pública)

Apesar de muitos alunos terem se dedicado a refutar ou ponderar os resultados das pesquisas da UERJ, boa parte dos alunos cotistas usou este tema para apontar para as dificuldades encontradas no ensino universitário, ressaltando o papel das dificuldades de acesso a bens culturais – como livros, textos, material de pesquisa, ou instrumentos profissionais – em inviabilizar uma boa performance ou, mesmo, a própria trajetória acadêmica. Os alunos cotistas mostraram uma consciência aguda da desvantagem acadêmica criada pela penúria e pelo funcionamento excludente das instâncias de armazenamento e repartição de bens culturais na universidade – como as bibliotecas, os laboratórios e os locais de aprendizado prático. Assim, um aluno de Pedagogia do campus do Maracanã expressou seu descontentamento com a polêmica sobre o desempenho dos cotistas dizendo:

"Passar não é tão impossível, difícil é se manter aqui. (...) Como é que a gente vai ter um desempenho melhor se a gente não tem acesso aos livros, não tem biblioteca funcionando aqui dentro, se não tem dinheiro pra passagem? Pro xerox? Mas será que o nosso desempenho é tão ruim assim mesmo ou é só mais baixo? (...) Só por que a gente é cotista é que o desempenho caiu? As pessoas estão levantando uma bandeira, colando cartazes, notícias de jornal nos corredores... (...) O desempenho foi menor, e aí? As pessoas vão ajudar a gente por causa disso? Não? Se você não vai ajudar, vai ficar jogando merda no ventilador? Então deixa quieto. Será que nós somos o cocô da Universidade? Só a gente que não presta?" (20 anos, cota para negros)

Já um veterano não-cotista de Medicina ressaltou o problema do custo dos cursos na área de saúde como o principal fator problemático para os cotistas:

"(...) pobre de verdade quase não entra aqui [no curso de Medicina]. Se entrar não consegue se manter. Na Odonto é ainda pior, porque lá o cara tem que comprar o material, que é caríssimo, logo no terceiro período. Então, se entrar não fica."

Assim, podemos ver como as falas acima apontam para questões que são fundamentais para o sucesso da política de cotas no contexto real das universidades brasileiras, mas que têm sido ignoradas pelos agentes que se opõem na polêmica pública a respeito destas.

Tanto na imprensa quanto no debate acadêmico, as trajetórias acadêmicas dos cotistas são pensadas como já traçadas, oscilando entre o "desempenho inferior" versus a "superação" como destinos inevitáveis para esses alunos. A imagem do "desempenho inferior" carrega consigo pré-construções acerca do mérito, negando a priori a possibilidade de sucesso acadêmico desses alunos, visto que eles partilham uma espécie de pecado original que consistiria na forma de seu ingresso (as cotas) na universidade. Entrar pelas cotas seria quase que um estigma, indicando necessariamente possuir menos conhecimento e qualificação, com repercussões em toda a formação desses alunos, e conseqüências desastrosas para o mercado de trabalho.

Mas se essa visão carrega pré-construções, a outra imagem (que os cotistas por si só trariam em si essa qualidade mal-definida, algo mística, da superação) não deixa de carregá-los também. Imaginar que alguém a priori possa compensar contradições e deficiências estruturais com motivação subjetiva é um procedimento que revela pouco empenho em investigar cuidadosamente a inserção dos alunos através das cotas, tanto quanto os ideólogos do "desempenho inferior".

Nossa etnografia não toma a superação ou o desempenho inferior como dados, mas como elaborações discursivas que são mobilizadas contextualmente pelos agentes, na polêmica das cotas. Os argumentos em torno do mérito variam de acordo com o contexto mais geral em que são apresentados, dependendo da posição de cada agente (cotista ou não, tipo da cota, veterano ou calouro, etc.), do curso em questão, da inserção dos alunos em movimentos políticos e identitários, entre outros.

Assim, no curso de Medicina, onde o mérito individual ganha força como definidor do ethos da profissão, as cotas são vistas como um meio ilegítimo de ingresso, onde os menos capazes *"se aproveitam de uma janela para entrar"(Veterano de Medicina, 5º ano, não-cotista)* às vezes até mesmo "burlando" identidades raciais.[8]

Nos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais, marcados pela maior presença de militância política organizada e por uma adesão maior a valores de "justiça redistributiva", o desempenho é relativizado pela superação e pela "finalidade social" das cotas. Não só a forma de percepção das identidades raciais é diversa, como também o lugar do mérito e do desempenho como valores. Entretanto, torna-se mais difícil e muito mais complexo assumir posições extremas entre os alunos, seja a condenação irremediável dos cotistas ao fracasso, seja a celebração da superação dos cotistas por sobre as desvantagens.

A experiência vivida pelos alunos, a partir do convívio diário com colegas cotistas, não cotistas e veteranos e da utilização de uma infra-estrutura universitária deficiente, provoca representações contraditórias, porém às vezes muito mais complexas, a respeito do mérito e do desempenho.

4. Conclusão

O debate sobre políticas de ação afirmativa no Brasil tem sido marcado pela polarização e pelo forte componente moral dos argumentos utilizados. A totalidade da produção acadêmica sobre o tema resume-se na discussão e defesa dos argumentos pró e contra as cotas e nas pesquisas de opinião, ressentindo-se da relativa ausência de estudos empíricos.

Nossa pesquisa se insere no esforço mais geral de tentar suprir essa lacuna nos estudos sobre o tema, pois nossa etnografia examina o impacto da implantação das cotas na objetificação das fronteiras entre os grupos e na produção de identidades raciais a partir da disputa pelas classificações legítimas e pela definição dos critérios de pertencimento

[8] Cf. Pinto e Clemente Jr. (2004).

identitário[9]. A partir da etnografia, percebemos os argumentos mobilizados em torno das cotas (Igualdade, mérito, discriminação) não como uma discussão "moral", mas como elaborações discursivas que são diversamente mobilizadas pelos agentes nas interações cotidianas, e ganham sentidos variáveis segundo o contexto em que ocorrem essas interações.

Assim, podemos dizer que as políticas de ação afirmativa, tais como foram concretizadas na criação de cotas na universidade, têm se constituído tanto em canais de acesso a bens culturais e econômicos (como o ensino universitário) para grupos socialmente desfavorecidos, de um lado, quanto em uma arena de debates, reflexão e ação sobre as próprias categorias raciais que demarcam a sua inserção e posição na sociedade brasileira, de outro.

[9] Os primeiros resultados da pesquisa podem ser encontrados em Pinto & Clemente Jr. (2004).

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1991.

ASAD, Talal *Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of power in Islam and Christianity*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1993.

BARBOSA, Lívia. *O Jeitinho Brasileiro: A Arte de Ser Mais Igual Que os Outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BARTH, Fredrik. " Introduction" In *Ethnic groups and boundaries*. Fredrik Barth (ed.), Bergen, Oslo: Universitetsforlaget, 1969.

BOURDIEU, Pierre *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre, **CHAMBOREDON**, Jean-Claude & **PASSERON**, Jean-Claude. *Le Métier de Sociologue: Préalables Épistémologiques*. Haia (La Haye), Paris: Mouton, EHESS, 1983 [1968].

BOURDIEU, Pierre e **WACQUANT**, Löic "As artimanhas da razão imperialista" Revista Estudos Afro-Asiáticos v.24 n.1 Rio de Janeiro, 2002.

BRINGA, Tone. *Being Muslim the Bosnian Way: Identity and Community in a Central Bosnian Village*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*: *Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

EICKELMAN, Dale. *The Middle East and Central Asia: An Anthropological Approach*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2002.

ERIKSEN, ThomasH. *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*. London: Pluto Press, 1993.

FARAH, Jaqueline "Levantamentos teóricos e empíricos acerca do debate sobre políticas adscritivas: um estudo sobre a política de cotas raciais entre universitários da UFMG." Paper apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia, set./2003, Campinas.

GOFFMAN, Erving. *The Presentation of the Self in Everyday Life*. New York: Anchor Press/Doubleday, 1959.

GOMES, Joaquim B. "O debate constitucional sobre as ações afirmativas" In: **SANTOS & LOBATO**, (Org.) *Ações Afirmativas: Políticas Públicas contra a desigualdade racial*, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

GRIN, Mônica. "Experimentos em Ação Afirmativa: Versão Crítica em Dois tempos" Econômica, v.6, n.1, Rio de Janeiro, junho 2004.

GUIMARÃES, Antonio "A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil" In: **SOUZA** (org.) *Multiculturalismo e Racismo*, Brasília: Ed. Paralelo 15, 1997.

_____ *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*, São Paulo: Editora 34, 1999.

_____ "Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras" Mesa Redonda "Desigualdades Raciais no Brasil", XXIX Encontro Nacional de Economia, Salvador, 2001.

_____ "Acesso de negros às universidades públicas" Caderno de Pesquisa n.118 São Paulo mar. 2003

HAALAND, Gunnar. "Economic Determinants in Ethnic Processes" In *Ethnic groups and boundaries.* Fredrik Barth (ed.), Bergen, Oslo: Universitetsforlaget, 1969.

HERINGER, Rosana "Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil" Revista Estudos Afro-Asiáticos v.23 n.2 Rio de Janeiro 2001.

KANT DE LIMA, Roberto "Por uma antropologia do direito no Brasil" In: **FALCÃO**, J. (Org.) *Pesquisa científica e direito* Recife: Massangana, 1983. pp 89-116.

_____ *A Polícia da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Forense, 1995, 2ª edição.

_____ *A Antropologia da academia: quando os índios somos nós*, Niterói: Eduff, 1999, 2ª edição.

_____ "Direitos Civis, Estado de Direito e 'Cultura Policial': a formação policial em questão" Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo. v. 41 ano 11, jan-mar/2003 pp241-256.

MACHADO, Elielma e **BARCELOS**, Luiz "Relações Raciais entre Universitários no Rio de Janeiro" Revista Estudos Afro-Asiáticos v.23 n.2 Rio de Janeiro, 2001.

MAGGIE, Yvonne e **FRY**, Peter "O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras" Enfoques on line v. 1. n. 1 - dezembro de 2002

MIRANDA, Ana Paula "Cartórios: onde a tradição tem registro público" Antropolítica: Niterói, nº 8, v.1, 2000. p. 59-75.

MOEHLECKE, Sabrina "Ação afirmativa: história e debates no Brasil" *Caderno de Pesquisa*, Nov 2002, no.117, p.197-217

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto Preto Quanto Branco*. Rio de Janeiro: T. A. Queiroz, 1985.

PETRUCCELLI, José "Raça, etnicidade e origem nos censos de EUA, França, Canadá e Grã-Bretanha" Revista Estudos Afro-Asiáticos v.24 n.3 Rio de Janeiro 2002.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. "Saber ver: recursos visuais e a formação médica" Physis, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 10 (1), p 39-64, 2000.

_____ *Práticas acadêmicas e o ensino universitário: uma etnografia das formas de produção e transmissão do saber na Universidade*, Niterói: Eduff, 1999. 250pp

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha & **CLEMENTE JR.**, Paulo. "Ação Afirmativa: Políticas Públicas, Relações Raciais e Práticas Acadêmicas". Direitos Negados – Caderno de Direitos Humanos, SEDH-RJ n.1; Rio de Janeiro, 2004. pp.138-156.

SAMPAIO, Helena *et alli* "Equidade no ensino superior brasileiro" GT Educação e sociedade, XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 2000

SANTOS, Renato Emerson **& LOBATO**, Fátima (Org.) "Ações Afirmativas: Políticas Públicas contra a desigualdade racial", Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

SANTOS, Sales dos "Ação afirmativa e mérito individual" In: **SANTOS,** Renato Emerson **& LOBATO**, Fátima (Org.) *Ações Afirmativas: Políticas Públicas contra a desigualdade racial*, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

SILVA, Jorge da "Política de ação afirmativa para a população negra: educação, trabalho e participação no poder" in *Trabalhando com a diversidade no Planfor: raça/cor, gênero e pessoas com necessidades especiais.* São Paulo: Unesp, 2001

SILVA, Luis. “Ação afirmativa e cotas para afro-descendentes: algumas considerações sócio-jurídicas” *In*: **SANTOS,** Renato **& LOBATO**, Fátima (Org.) *Ações Afirmativas: Políticas Públicas contra a desigualdade racial*, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

SISS, Ahyas *Afro-Brasileiros, cotas e ação afirmativa: Razões históricas* Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB; 2003. 207 pp

SOUZA, Jessé (Org.) *Multiculturalismo e Racismo* , Brasília: Ed. Paralelo 15, 1997.

TELLES; Edward e **BAILEY**, Stan “Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos” Opinião Publica v.8 n.1 Campinas maio 2002

TEIXEIRA, Moema P. *Negros na universidade* Rio de Janeiro: Palas, 2003. 267 pp

VAN DER VEER, Peter. *Religious Nationalism: Hindus and Muslims in India*. Berkeley: University of California Press, 1994.

WEBER, Max. *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press, 1978, v.1.

ZONINSEIN, Jonas. “Minorias Étnicas e a Economia Política do Desenvolvimento: Um Novo Papel Para as Universidades Públicas Como Gerenciadores da Ação Afirmativa no Brasil?” Econômica, v.6, n.1, Rio de Janeiro, junho 2004.